

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E REALIDADE BRASILEIRA
SAMOEL VALDEMIRO RAULINO**

**A RELAÇÃO ENTRE O ANALFABETISMO LOCAL E A CLASSE TRABALHADORA
PAULOLOPENSE**

**Florianópolis
2018**

SAMOEL VALDEMIRO RAULINO

**A RELAÇÃO ENTRE O ANALFABETISMO LOCAL E A CLASSE TRABALHADORA
PAULOLOPENSE**

Monografia submetida ao Curso de Especialização em Educação e Realidade Brasileira da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de especialista, sob orientação do Prof. Dr. Reinaldo Matias Fleuri.

Florianópolis
2018

Dedico este trabalho ao vô Santo e à vó Geni (in memoriam) – por me ensinarem o valor da terra e do seu trabalho nela.

RESUMO

Resumo:

Esta monografia tem como objetivo analisar a relação entre as taxas locais de analfabetismo e a constituição da classe trabalhadora do município de Paulo Lopes - SC. Pretende-se utilizar a análise sociológica qualiquantitativa e a materialista histórico-dialética como ferramentas para a construção de determinadas noções úteis a fim de pensar as relações de Educação e Trabalho materializadas na conjuntura local (municipal). Além disso, pretende-se elaborar uma descrição do modo de apresentação sobre a classe trabalhadora paulo-lopense. Deve-se debater, ainda, a diferença/dicotomia/contradição entre educação e escolarização, educação de jovens e adultos e educação popular, educação para o trabalho e para o trabalhador. Por fim, esse percurso se dirige para a reflexão à construção de estratégias de transformação social no âmbito local (municipal), em observância a transformação dos sujeitos-educandos presentes na margem do ensino regular, entendendo-os não somente como mão de obra para o mercado de trabalho e a educação como transformação social e/ou subjetiva.

Palavras-chave: educação popular; escolarização; trabalho; Paulo Lopes; Educação de Jovens e Adultos

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPED-SUL	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – Regional Sul
CALL	Centro Acadêmico Livre de Letras
CIID	Centro de Identidades e Diversidades vinculado à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal
DLLV	Departamento de Língua e Literatura Vernáculas
ECAEL	Encontro Catarinense dos Estudantes de Letras
EIV	Estágio Interdisciplinar de Vivência
EJA	Educação de Jovens e Adultos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MOBRAL	Movimento Brasil Alfabetizado
PET	Programa de Educação Tutorial
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PJR	Pastoral da Juventude Rural
PME-PL	Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes (2015)
SC	Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
1. EDUCAÇÃO E TRABALHO: pensar a teoria no debate da dicotomia	13
1.1. Educação e Escolarização: duas vias de um mesmo caminho	13
1.2 Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: a dicotomia povo-Estado	15
1.3 Educação para o trabalho e educação para o trabalhador: o sujeito (não) presente	17
2. O CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DE PAULO LOPES (SC)	19
2.1 A constituição sócio-histórica do povo paulolopense	20
2.2 Aspectos legais da educação para trabalhadores em Paulo Lopes	25
3. À GUIA DE CONCLUSÃO: pensar estrategicamente para a formação de consciência político-social	28
REFERÊNCIAS.....	31

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surge de uma necessidade social latente: a formação educacional de jovens e adultos trabalhadores no município de Paulo Lopes (SC), associada à formação de consciência política crítica. Assim, motivando-me, a partir das palavras e das coisas estudadas por Paulo Freire a entrar numa seara que ele já antecipara: a formação educacional de jovens e adultos, aqui, porém, circunscrevendo à esfera paulolopense. Durante períodos de reflexões e anseios, de lacunas e preenchimentos dispersos, trago, contorno e reviro a escuridão da pesquisa acadêmica: abdicar ou não de mim mesmo, enquanto sujeito militante no mundo, para analisar um objeto mínimo a que me condiciono como sujeito pesquisador.

Diante dessa denotação, é preciso antes, pois, colocar-me como um sujeito, antes de pesquisador e militante. A minha trajetória aqui posta faz recortar o objeto a que condiciono minha reflexão e este trabalho científico.

Minha militância em organizações e movimentos sociais iniciou, de forma inconsciente e amena, enquanto estudante já no ensino fundamental, quando fui escolhido pela turma de quinta série a ser o representante estudantil da classe na Escola de Educação Básica Frederico Santos, em 2001, localizada na cidade de Paulo Lopes, onde residia e estudava na época. Apesar dessa pouca consciência do que era ser militância, as ideias de representação e luta de classe já pode, à época, ser observada/iniciada.

Já em 2008, ingressei na Universidade Federal de Santa Catarina, no curso de Letras – Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa. Dentre as atividades promovidas pela representação estudantil do curso e pelo Departamento de Língua e Literaturas Vernáculas (DLLV), interessado pela movimentação política estudantil do curso, ingressei no Centro Acadêmico Livre de Letras (CALL) como representante discente, para o então departamento, pelo período de um ano. Em 2010, participei, dentro do CALL, da Comissão Organizadora do

1º Encontro Catarinense de Estudantes de Letras (ECAEL), cujo tema foi o rompimento das lacunas de lutas entre os movimentos estudantis de Letras pelo estado de Santa Catarina. O Encontro durou quatro dias e proporcionou espaços de formação, socialização de lutas e atividades culturais diversas entre estudantes de graduação dos cursos de Letras de diversos locais do estado.

Ainda em 2010, sempre alimentando a necessidade de formação profissional e política para a promoção de uma educação pública justa e digna a todos, participei de um curso de Multiplicadores para Oficina de Leitura e Interpretação de Textos proporcionado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Esta formação foi dada nas dependências da Escola de Educação Básica Simão Hess e também tinha como proposta a integração entre a universidade e a escola pública.

Durante os meus anos de graduando do curso de Letras, devido às intempéries da vida, possuí altos e baixos na militância, na formação acadêmica e na vida profissional, devido à subsistência para prosseguir ao curso sem a possibilidade de desisti-lo definitivamente. Houveram lacunas, mas a luta sempre permaneceu, mesmo que subjetivamente.

Após esses vazios, em 2013, iniciei um trabalho voluntário como professor de um curso pré-vestibular comunitário promovido pelo Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Matemática. O Gauss, como assim era conhecido o curso comunitário cujo público-alvo eram estudantes de escolas públicas de Florianópolis que se sentiam marginalizados para o ingresso à universidade, proporcionou-me durante todo o ano de 2013 uma formação *in loco* e na prática de como ser um educador com uma visão crítica e política da formação acadêmica, uma consciência dos espaços de militância e com o entendimento da relação entre as condições sociais das classes e dos sujeitos que querem ingressar na universidade, porém sem possuir aparato financeiro e estrutural para tal.

Em 2014, como uma forma de ampliar minha formação como educador com visão crítica acerca da sociedade e seu funcionamento (incluo, aí, as suas contradições), ingressei, mesmo ainda não formado, como professor de educação de jovens e adultos na prefeitura municipal de Florianópolis. Ainda que com as formações proporcionadas pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis, foi durante esse período que pude “vivenciar” *in loco* uma outra realidade, ainda mais marginalizada que a dos alunos do curso pré-vestibular comunitário. Os educandos que estavam nos mesmos espaços em que atuei como educador eram sujeitos marginalizados pelo próprio sistema: não se enquadravam nas condições do sistema escolar, não eram jovens “de bem” segundo o julgamento social, possuíam contato com drogas ilícitas, não eram valorizados pela sociedade (principalmente, pelo mercado de trabalho). Tais divergências e conflitos me fizeram colocar a EJA de Florianópolis como objeto de estudo do meu Trabalho de Conclusão para integralização do Curso de Letras-Português da UFSC.

Por fim, atualmente, por intermédio de um Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV), promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina, entrei em contato com o Coletivo de Juventudes Campo e Cidade da Pastoral da Juventude Rural e da Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJR-PJMP) de Santa Catarina. Essas atividades e representações são sintéticas diante de todo o trabalho de formação e militância que pude experimentar em minha vida; entretanto, esboçam um panorama de alguns espaços e lutas que me proporcionaram uma criticidade e uma formação política de luta contra as desigualdades sociais e à construção uma sociedade mais justa e digna a todos.

Diante desse panorama, esses espaços de formação unem toda minha história de educador e militante para a construção, junto à juventude, de uma consciência social e política que hoje carece nossa sociedade brasileira. É a partir dessa trajetória – e por ela construo permanentemente minha perspectiva de pesquisador neste trabalho de integralização – que

pretendo ter a possibilidade de discutir a formação de consciência político-social, pelo trabalho de base, em espaços em que a juventude e o público de EJA estejam/sejam marginalizados em todos os âmbitos estruturais da nossa sociedade.

A partir da construção memorial do próprio trajeto de militância, é necessário agora expor o que se pretende pesquisar e também discutir neste trabalho de conclusão de curso. Como foi falado anteriormente, na condição de pesquisador principiante, sendo motivado pelo contato, pela própria experiência anterior em sala de aula – como professor de língua portuguesa para educandos de três turmas, condicionadas a um núcleo gestor da modalidade de EJA¹ (Educação de Jovens e Adultos), em um bairro na capital catarinense, conduzida durante todo o ano de 2014 dentro e fora do ambiente de ensino – inicio este meu trabalho de conclusão de curso de especialização sobre o assunto que ultimamente tenho apreço: a educação de jovens e adultos e a formação política crítica paralela ao processo de escolarização como emancipação desses sujeitos. Esta pesquisa parte de uma análise de conjuntura do contexto social a que se circunscreve o objeto de pesquisa e, posteriormente, cerceia a problematização traçando uma relação entre formação educacional e emancipação da classe trabalhadora de Paulo Lopes (SC). Assim, desse afeto² despertado, surgiu o interesse pela construção deste trabalho, que tem como *corpus*, aqui, a ser analisado as taxas de analfabetismo local em Paulo Lopes (SC) e ainda os documentos oficiais que afirmam a

¹ Para esclarecimento: quando, neste trabalho, usa-se EJA, refere-se à modalidade de ensino, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996; quando escolarização de jovens e adultos, refere-se ao processo de ensino formal destinado a jovens, adultos e idosos.

² Em seu livro *Conversações*, numa carta a Reda Bensmaïa, acerca de Espinosa, Gilles Deleuze (1992, p. 203) afirma: “Ora, o conceito não se move apenas em si mesmo (compreensão filosófica), mas também nas coisas e em nós: ele nos inspira novos *perceptos* [grifo do autor] e novos *afectos* [grifo do autor], que constituem a compreensão não filosófica da própria filosofia”. Além disso, continua: “o estilo em filosofia tende para esses três pólos [sic]: o conceito ou novas maneiras de pensar, o percepto ou novas maneiras de ver e ouvir, o afecto ou novas maneiras de ver e sentir. É a trindade filosófica, a filosofia como ópera: os três são necessários para *produzir movimento* [grifo do autor]”. Diante disso, permito-me, aqui, a utilizar-me do afeto aos estudos filosóficos para sua incidência sobre a Educação de Jovens e Adultos, a utilizar-me das maneiras que o olhar e o tato, pela lupa de Paulo Freire, à supressão dessa necessidade de pesquisador principiante acerca do objeto questionado e, por ora, analisado.

presença (ou *imposição* legislativa) de políticas públicas da modalidade de ensino³ no município, porém não se efetivam na prática. O prescrito se subjaz ao exercido.

Diante dessa exposição do tema a que se recorta esta pesquisa, problematiza-se:

- *Qual a relação entre as taxas de analfabetismo local e a constituição da classe trabalhadora no município de Paulo Lopes, em Santa Catarina?*

Trata-se, pois, nesta reflexão, para a obtenção de grau de especialista, da realização de discussões acerca, além dos outros conceitos do campo educacional que serão também aprofundados, de *educação e trabalho* – esses conceitos serão discutidos à luz da emancipação do sujeito, como já afirmara Paulo Freire em seus estudos.

Diante da exposição do tema e do problema a que se recorre nesta pesquisa, tem-se como objetivo geral:

- elaborar de uma descrição atual de como se apresenta a classe trabalhadora paulolopense quanto ao âmbito escolar formal, a fim de repensar possibilidades de formação educacional no município.

Além disso, de forma específica, objetiva-se também:

- descrever a constituição da classe trabalhadora paulolopense em seus âmbitos sociais alinhados à escolarização formal (gênero, etnia, renda);

³ Por mais que meu objeto de reflexão seja, por meio do discurso da educação alinhada à formação política crítica, a escolarização de jovens, adultos e idosos é enunciada como *Educação de Jovens e Adultos* segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

- e perceber a existência da oferta, como também a necessidade de formação escolar para jovens, adultos e idosos em Paulo Lopes;

Além disso, procurando situar a pesquisa nos estudos de Paulo Freire, Moacir Gadotti e Maria Salete Van Der Poel, pretende-se utilizar a análise quali-quantitativa (através da descrição e interpretação de dados do IBGE e outras fontes governamentais) e a materialista sócio-histórica (por meio da análise de conjuntura) como ferramentas para a construção de determinadas noções úteis a fim de pensar as relações de Educação e Trabalho materializadas na conjuntura local (municipal). Assim, pretende-se elaborar uma descrição do modo de apresentação sobre a classe trabalhadora paulolopense quanto à sua formação escolar formal.

Por fim, diante da explanação do problema e sua justificativa aqui a ser analisado, bem como os objetivos a que esta pesquisa se evidencia, este trabalho organiza-se nas seções seguintes: no primeiro capítulo, proponho uma ‘discussão teórica’, a partir de uma perspectiva dicotômica, acerca dos conceitos de *educação* e *escolarização*; de *educação popular* e *educação de jovens e adultos*; como também de *educação para o trabalho* e *educação para o trabalhador*. No capítulo seguinte, apresento uma descrição (histórico-cultural, social e educacional) do cenário atual de Paulo Lopes (SC). Por fim, trato, na última parte, da análise de conjuntura propriamente dita sobre a relação ente as taxas de analfabetismo local no âmbito paulolopense, principalmente acerca das regularidades constitutivas presentes nos dados demográficos oficiais que descrevem a população do município, como também os aludindo perante a exigência governamental segundo os documentos oficiais do município quanto à promoção ou não da EJA.

1. EDUCAÇÃO E TRABALHO: pensar a teoria no debate da dicotomia]

Para que se pretenda analisar a relação entre as taxas de analfabetismo à classe trabalhadora no município de Paulo Lopes (SC), é preciso discutir alguns conceitos necessários ao trabalho de pesquisa aqui proposto, sempre os pautando por meio de uma visão dicotômica, atentando-se à diferença entre um e outro. Tal proposta se dá de forma didática para entendimento dos conceitos que serão expostos. Pensei, pois, em trabalhar alguns conceitos-chave que permearão a discussão neste trabalho.

Num primeiro momento, trabalharei a dicotomia entre *educação* e *escolarização*. Num segundo, a proposta é que se discuta mais a fundo as dicotomias e relações entre a *educação popular* e a *educação de jovens e adultos* (ou, como preferem alguns teóricos, *educação de jovens, adultos e idosos*). Por fim, pretende-se discutir a *educação para o trabalho* e sua diferença em relação a uma *educação para o e do trabalhador*.

Além disso, deve-se pautar também, como referencial teórico, as discussões de alguns autores que discutem a temática educacional. Para isso, pretende-se trazer as discussões de Paulo Freire (1987), (1996) e (2008); de Dermeval Saviani (1997); de Moacir Gadotti (1998) e (2005) e Reinaldo Matias Fleuri (2001), a fim de discutir as temáticas aqui propostas, de modo geral. Entretanto, pretende-se também trazer as discussões de Maria Salete Van Der Poel (2007) e (2012); e de Elisabete de Sousa Otero et alli (1993), a fim de discutir os contextos socioeducacionais de educandos analfabetos e (enquanto) trabalhadores.

1.1 Educação e Escolarização: duas vias de um mesmo caminho

Considerando o debate entre a formação escolar e sua relação com a classe trabalhadora paulolopense, devemos pensar e debater a diferença entre os conceitos de

educação e escolarização, haja visto que tais processos possuem suas metodologias e nuances dependendo de qual política e qual objetivo a que esta se preste e destine.

Por *educação*, devemos entendê-la como um processo de formação do sujeito.

Segundo Mendes⁴ (p. 13, 2007), o entendimento de Educação:

[...] abrange todas as possibilidades educativas e acontece em diferentes contextos de socialização no decurso da vida (interações familiares, dos grupos de pares, laborais, associativas, políticas, culturais, escolares; a Internet; os media; no fundo, a sociedade em geral) ela não deverá ser reduzidamente confinada à Escola.

A autoria sinaliza aí algumas particularidades importantes do que seja a educação. Em primeira instância, ela traz a localização do processo educativo: os diferentes contextos influem na formação do sujeito. Além disso, a socialização também é vista como um *modus operandi* do processo educativo: não há, nesse aspecto, divisão entre a socialização e o contexto onde o processo educativo ocorre – se laborais, trata-se de uma educação num ambiente em que as relações sociais de trabalho estão em voga, formando os sujeitos de acordo com aquele contexto. Se familiar, idem; se cultural, idem; não subtraindo aí também o contexto escolar. Neste caso, porém, o do contexto escolar também como um ambiente em que ocorre a socialização entre sujeitos e grupos, a formação educacional é entendida como formação escolar ou escolarização.

Quanto a isso, Mendes (2007) coloca a formação educacional não confinada somente à escola; todavia, em se tratando do contexto escolar, nesse caso, a formação educacional se dá como formação escolar ou, como podemos também chamar, *escolarização*.

Diante disso, a *escolarização* é entendida como educação, porém o inverso não se coloca da mesma forma, visto que esta última se coloca como um processo mais amplo. A

⁴ Maura Mendes é investigadora do Centro de Identidades e Diversidades (CIID), vinculado à Escola Superior de Educação e Ciências Sociais, do Instituto Politécnico de Leiria, em Portugal. Dentre seus trabalhos, a obra **Diferenças, desigualdades, exclusões e inclusões** encontra como seu expoente, em publicação conjunta a Armando Pinto e Cristóvão Margarido.

formação escolar, assim, é entendida por meio da formação do sujeito num ambiente circunscrito à escola. Algebaile (p. 54, 2016) afirma que a formação escolar é compreendida como aquela que “designa principalmente o processo de formação sistemática planejado e realizado pela escola, envolvendo tanto a apreensão de conteúdos, práticas, comportamentos e habilidades previstos no plano formativo escolar, quanto a progressão escolar coadunada com essa apreensão”.

A escolarização, desse modo, passa pelo processo de socialização dentro do contexto escolar. Segundo Correa⁵ (p. 04, 2014), a formação escolar é “vista de uma perspectiva dos processos educacionais que põe em funcionamento tem duas marcas principais: a obrigatoriedade e a linha de ação restrita ao ensino-aprendizagem”. Ou seja, entendemos, assim, que a escolarização se dá, por um lado, através de uma imposição legal (*obrigação*, segundo Correa, 2014), que no caso brasileiro se põe por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e da Constituição Federal de 1988, não se negando os processos administrativos e burocráticos que a escola enquanto instituição também impõe. Por outro lado, a formação escolar se dá num processo educativo que se baseia no ensino-aprendizagem de saberes enviesados dentro dos muros da escola, numa relação entre professor e aluno, entre educador e educando, entre mestre e aprendiz.

1.2 Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos: a dicotomia povo-Estado

Partindo dessa dicotomia entre educação e escolarização, afim de galgar numa discussão que se pautará na relação entre as taxas de analfabetismo local do município de

⁵ Este trabalho de Correa (2014) sobre a relação entre EJA, educação e escolarização foi apresentado na 10ª reunião da Anped-Sul, em 2014, em Florianópolis. O autor é professor associado da Universidade Federal de Santa Maria. Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa Formação, Saberes e Desenvolvimento Profissional, como também tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação e Ciência, na interface educação-política a partir de temas contemporâneos, entre os quais se destacam drogas, sexualidade e arte como concorrentes indissociáveis e suas implicações na formação de educadores, em ações de ensino, pesquisa e extensão.

Paulo Lopes e a sua classe trabalhadora, entraremos numa discussão do que seja a educação popular e a educação de jovens e adultos, ambas também inseridas indiretamente na problematização dos dois conceitos expostos anteriormente.

Por educação popular, podemos entender que se trata daquela formação educativa que se dá por via democrática advinda das relações sociais do povo e para o povo. Segundo Fleuri (p. 159, 1990)

[...] a educação popular propriamente dita é constituída pelo conjunto de processos educativos gerados e conduzidos pelas classes populares em seu esforço de organização e resistência contra a exploração e dominação a que vem sendo historicamente submetidas.

Assim, hoje, a educação popular é entendida, prioritariamente, como o conjunto de práticas educativas vinculadas aos movimentos sociais de base, que fortalecem as *classes populares como o sujeito* [grifo do autor] de construção do poder popular, visando uma sociedade socialista.

Neste sentido, a educação popular se faz com que as classes populares se apropriem do conhecimento técnico-científico elaborado, assim como dos instrumentos de crítica entre conhecimento e de produção de um novo conhecimento, a partir e em função de sua práxis.

Diante disso, podemos observar que a educação popular se dá por meio das relações entre o conhecimento popular e o científico afim de legitimar o poder popular nos âmbitos sociais (da política, da produção de poder-saber etc.) sempre numa prática crítica e enviesada aos movimentos do povo.

Por outro lado, por educação de jovens e adultos, temos historicamente uma construção advinda do Estado para a promoção da escolarização de jovens, adultos e idosos sempre com o objetivo de alfabetizar e numerar as classes populares que não tiveram acesso à escola na idade correspondente visando a formação de mão-de-obra minimamente qualificada para o mercado de trabalho. Falar de escolarização, sob uma perspectiva nacional e ampla, somente àquela destinada a jovens e adultos, deve ser compreendida em torno dos cortes históricos da formação do Brasil enquanto nação. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 109, grifos meus), “[...] a implantação de uma escola de qualidade **para todos** avançou lentamente ao longo de nossa história”.

Por educação de jovens e adultos, entendemos, então, que se trata de um acontecimento histórico nas políticas educacionais do Brasil. Este esforço é o de uma história marcada por alguns acontecimentos fundamentais na produção da escolarização do Brasil: o primeiro pelo discurso da exclusão elitista; o segundo pelo discurso civilizatório; o terceiro pelo discurso de ampliação dos direitos, típico de uma modificação socioeconômica do Brasil a partir da Era Vargas; outro por meio de uma política estatal do Mobral e seu caráter de suposta formação para a indústria; e, finalmente, por meio da redemocratização e sua relação com a promoção da escolarização de jovens e adultos após regime militar de 1964.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos deve ser entendida como uma política estatal cunhada no direito universal à educação, segundo a Constituição de 1988, e inclusa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional como modalidade de ensino, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Ensino Médio, obedecendo certas normativas como faixa etária mínima para matrícula em ambos os níveis, redução do tempo de estudos em comparação ao ensino regular, adaptação da carga horária e conteúdo ministrado à realidade dos alunos de EJA.

1.3 Educação para o trabalho e educação para o trabalhador: o sujeito (não) presente

Tendo em vista a discussão sobre a dicotomia entre educação e escolarização, assim como entre a diferença entre educação popular e educação de jovens e adultos, para adentrar-se ao debate acerca da relação ente as taxas locais de analfabetismo em Paulo Lopes e sua classe trabalhadora, precisamos entender também o que seja uma educação para o trabalho e uma educação para o trabalhador.

A educação para o trabalho se dá, enviesadamente, por uma formação escolar para o mercado de trabalho. Por meio dessa formação, o trabalhador é escolarizado e suas

habilidades formadas e/ou aperfeiçoadas a partir das necessidades que o mercado de trabalho necessita de um trabalhador. Segundo Aranha (p. 111, 2003), “o trabalho também deforma, como sabemos. O trabalho deve ser fonte constante de problematizações, senão cairemos na instrumentalização da educação pelo trabalho. Trabalho esse que muitas vezes retira a autonomia do sujeito, colocando-o numa situação sub-humana”. Nesse caso da educação para o trabalho, a formação se dá nessa desvinculação da autonomia do sujeito, ao passo que o trabalho se coloca como detentor do trabalhador até nas necessidades que dele se provém.

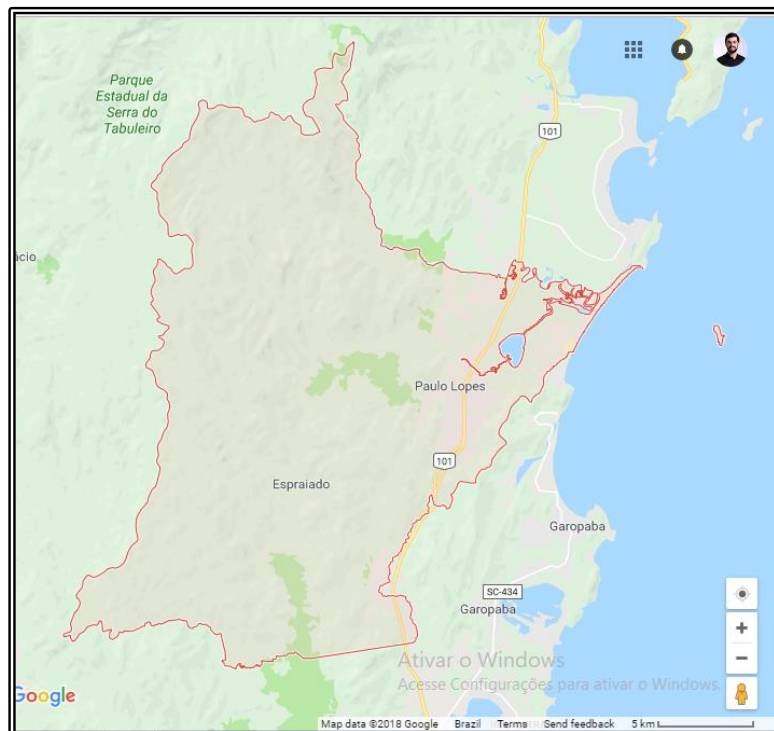
Por outro lado, a educação para o trabalhador também se dá advinda do próprio trabalhador. Há, nesse viés, a presença do sujeito que age, vive, trabalha. É o sujeito autônomo que se apresenta aí como aquele detentor do saber, porém não somente como aquele que tem, mas que, pela ausência do conhecimento, coloca-se também como necessitado do saber. Nesse aspecto, vemos que a educação para o trabalhador também pode ser entendida como uma formação do trabalhador na escola. Algebaile (p. 2016) afirma que esse processo formativo parte de

[...] um quadro de apreensão da realidade no qual o termo formação precisa ser relacionado ao processo amplo ao longo do qual vamos nos tornando o que somos, um tornar-se que tem também um irredutível componente de fazer-se. Isto não significa secundarizar a formação escolar nesse processo formativo; significa reconhecer que a escola participa da formação dos sujeitos para além, muito além, do plano formativo escolar, em sentido restrito, que ocorre sistemática e cotidianamente com o seu funcionamento. Significa reconhecer, portanto, que o próprio plano formativo escolar tem sua forma real definida a partir das relações por meio das quais a escola se realiza. Assim, a escola que, nessa delimitação mais ampla, aparece como espaço de convívio cotidiano, revela-se como o lugar de uma experiência² que participa de forma ampliada da nossa formação humana e social. E se queremos discutir “a formação do trabalhador na escola”, circunscrever nossas indagações à escala da formação escolar em sentido restrito é insuficiente; precisamos projetá-las na escala larga dessa experiência.

Assim, observa-se que a escola funciona como um espaço vinculado ao princípio formativo de educação constrictiva de subjetividade, do e para o sujeito, mas também transpassada por processos de ensino-aprendizagem que se prestam à essa formação subjetiva do trabalhador e não somente como advinda das necessidades do mercado de trabalho.

2. O CONTEXTO SOCIOEDUCACIONAL DE PAULO LOPES (SC)

Para que se situe a pesquisa no contexto de recorte a que se analisará a relação entre as taxas de analfabetismo e a classe trabalhadora, pretende-se neste capítulo descrever os aspectos diversos que constituem o município de Paulo Lopes – SC, desde as características sociais atuais (dados demográficos que indiquem etnia, taxa de empregos e média salarial, gênero, entre outras informações de constituição da sociedade paulolopense se que considere importante para a análise aqui prestada), como também descrever os aspectos educacionais do município, detalhando a oferta educacional e a composição atual da formação educacional, conforme a legislação vigente, em todos os níveis, ofertados ou não, dos paulolopenses residentes na região circunscrita por esta pesquisa.



Divisão territorial do município de Paulo Lopes - SC

Como esclarecimento, antes de adentrarmos na descrição quantitativa socioeducacional propriamente dita, devemos considerar que as fontes bibliográficas acerca

dos aspectos contextuais acima descritos são escassas e boa parte das informações aqui descritas partem da observação participante, tendo em vista que o pesquisador a que este trabalho se autoriza é munícipe paulolopense.

2.1 A constituição sócio-histórica do povo paulolopense

Em primeiro lugar, devemos abrir contextualmente a constituição social de Paulo Lopes trazendo algumas informações históricas disponíveis pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Conforme consta no site da instituição, a formação histórica de Paulo Lopes dá-se início a partir de meados da segunda metade do século XVII, mais precisamente em 1677 (IBGE, 2018), por famílias que vieram da região de Laguna. Como característica ainda presente na região, a colonização efetiva começou com a chegada de famílias açorianas e madeirenses também no século XVII e, com a ajuda do povo Carijó, residente naquele território, e também os escravos iniciaram o processo de ocupação e colonização em vias de fato, por meio da agricultura e da pesca. Vale lembrar que Paulo Lopes, neste período, não havia um território com limites municipais definidos, então pode-se perceber que a região compreendida atualmente por Garopaba, Imbituba, Paulo Lopes e toda a região praieira palhocense até Morro dos Cavalos (Enseada de Brito) também foram ocupadas e colonizadas no mesmo período e pelos mesmos povos (açorianos, Carijós e escravos).

Atualmente, conforme se observou acima, essa região de origem Carijó, de colonização açoriana e também escrava apresenta uma divisão municipal definida, porém com traços sociais e familiares tradicionais muito próximos, inter-relacionando os municípios historicamente desde esse início colonizador. Atividades laborais como a agricultura de subsistência e a pesca ainda permanecem forma de trabalho entre os habitantes que nasceram até o início da segunda metade do século XX, sem deixar de notar-se a mudança das relações

de trabalho e do próprio trabalho com relação à geração cujo nascimento se dá a partir dos anos 1970, 1980 e 1990: desenvolvimento tecnológico ao longo dos séculos e principalmente nas últimas décadas; modificação das relações do mercado e deste com a política nesses municípios; influência da globalização na formação subjetiva dos jovens e crianças, principalmente nas duas últimas gerações; assim como a observância das novas relações sociais (gênero, aumento da formação escolar, trânsito populacional etc.), entre tantas outras denotações que influenciaram na transmutação da constituição social paulolopense.

Diante disso, devemos nos ater ao que o IBGE nos coloca como o atual estado da constituição social de Paulo Lopes, segundo seu Censo Demográfico realizado em 2010. Para isso, nos atentaremos a algumas categorias: etnia/raça, gênero, religião, trabalho, dentre outras que se mostrem cabíveis para a análise de conjuntura (SOUZA, 1984) que se fará posteriormente, tendo em vista que ela se pautará numa análise quali-quantitativa.

Quanto à dimensão demográfica, o município de Paulo Lopes possui uma estimativa populacional de 7.360 habitantes em 2017, considerando sua densidade demográfica aproximadamente 14,88 habitantes por quilômetro quadrado, segundo o Censo Demográfico realizado em 2010. Considerando como idade mínima para frequentar a Educação de Jovens e Adultos, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o correspondente a 15 anos para o Ensino Fundamental na modalidade e de 18 para o Ensino Médio na EJA, recortou-se aqui a estimativa populacional com idade superior a 15 anos: assim, nessa proporção, tem-se o equivalente a 5.170 pessoas na faixa etária dos 15 aos 99 anos, segundo o Censo Demográfico do IBGE realizado em 2010.

Desse montante com idade superior a 15 anos, 3.576 habitantes não possuíam ensino fundamental incompleto ou não possuíam qualquer instrução – para fins metodológicos, iremos identificar esse grupo como **A**. Além disso, aproximadamente outros 1.000 habitantes possuíam fundamental completo, porém não haviam frequentado ou terminado o ensino

médio – para fins metodológicos, iremos identificar esse grupo como **B**. Na soma de **A+B**, temos, ao todo, 2.945 habitantes do sexo masculino e 2.821 do sexo feminino – para fins metodológicos, iremos identificar esses grupos como **C** e **D**, respectivamente.

Ainda da soma de **A+B**, podemos observar no Censo de 2010 que o total de pessoas⁶ ocupadas⁷ se dava em torno de 2.925 habitantes, considerando o montante de 2.841 habitantes como não-ocupadas⁸. Por outro lado, nota-se, conforme informado por dados do IBGE de 2015, que em Paulo Lopes o salário médio mensal se dá em torno de aproximadamente **dois salários mínimos** para os trabalhadores formais, ao passo que o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até **meio salário mínimo** se dava em torno dos 30% - considerando essa porcentagem somente para a população acima de 18 anos de idade capaz de exercer alguma atividade remunerada.

Não observando, por outro lado, uma idade mínima para um recorte populacional, podemos observar que, em 2010, a maioria do contingente populacional é de etnia/raça branca, em se tratando da constituição etnicorracial dos habitantes do município de Paulo Lopes. Todavia, se considerarmos historicamente a ocupação e a colonização da região, conforme observado anteriormente, a população de etnia/raça preta, possivelmente originária dos escravos que permaneceram junto aos primeiros açorianos na região, também se constitui como parte da população paulolopense⁹.

⁶ Para fins metodológicos, vale lembrar que o IBGE só classifica como ocupadas e não-ocupadas aqueles com idade mínima para exercer algum trabalho, isto é, 18 anos.

⁷ Segundo o IBGE, entende-se por pessoas ocupadas “aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias)”. Essa informação pode ser acessa em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoeredmento/pmemet2.shtm>. Acesso em: 20 abril 2018.

⁸ “São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de 30 dias porque já haviam conseguido o trabalho que iriam começar após a semana de referência.” (IBGE, 2018)

⁹ Para um maior aprofundamento do estudo acerca da constituição da população preta no município de Paulo Lopes, sugerimos a leitura da tese de doutoramento de Gisely Pereira Botega, sob título **Mulheres de um quilombo e seus processos de socialização com as crianças**, defendida em maio de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina.

Podemos sintetizar a composição da população paulolopense acima de 15 anos na tabela abaixo produzida por meio da plataforma SIDRA, do IBGE, cruzando dados como etnia/raça, idade, sexo e situação de domicílio (se em área urbana ou rural):

Tabela 3175 - População residente, por cor ou raça, segundo a situação do domicílio, o sexo e a idade														
Variável - População residente (Pessoas)														
Município - Paulo Lopes (SC)														
Idade - Soma (15 a 19 anos, 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39 anos, 40 a 44 anos, 45 a 49 anos, 50 a 54 anos, 55 a 59 anos, 60 a 69 anos, 70 anos ou mais)														
Ano - 2010														
Sexo	Cor ou raça x Situação do domicílio													
	Total		Branca		Preta		Amarela		Parda		Índigena		Sem declaração	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
Total	3.701	1.472	3.337	1.272	78	97	16	-	270	103	-	-	-	-
Homens	1.864	773	1.670	658	40	53	5	-	149	62	-	-	-	-
Mulheres	1.837	699	1.667	614	38	44	11	-	121	41	-	-	-	-

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

Ainda em relação a essa constituição etnicorracional, observa-se na tabela duas categorias que possuem suas problematizações. Observamos na tabela abaixo que uma parcela da população se declara parda, isto é, não se vê nem como preta nem branca, apesar da origem étnica ser negra¹⁰. Além disso, vemos outro atributo: uma população que se identifica como **amarela**, mas não indígena. Tal ocorrência se dá pela falta de informações, nas fontes, acerca da colonização asiática na região, tendo em vista que se entende como **amarelo** os povos asiáticos ou descendentes destes e os **índigenas** aqueles que são descendentes de povos originários. Neste caso, a problematização se dá na ausência de informações sobre os povos indígenas (não há quantidade) e a presença de **amarelos** na contagem populacional

Se formos observar outra categoria constitucional da população paulolopense, poderemos ver como a religião no município se apresenta. Segundo os dados do IBGE ainda

¹⁰ Para maiores esclarecimentos sobre essa discussão da autodeclaração etnicorracional como “parda”, sugerimos a leitura da obra **Características Etnicorraciais da População: classificações e identidades**, produzida pelo IBGE em 2013. Nessa obra, discute-se os motivos que levam a população a se declararem ora como preta, ora como parda, ora por outras denominações etnicorraciais.

de 2010, poderemos notar que, não mais determinando a idade mínima somente acima dos 15 anos, a população paulolopense se constitui entre católicos apostólicos romanos (a maioria), evangélicos e espíritas, conforme tabela abaixo:

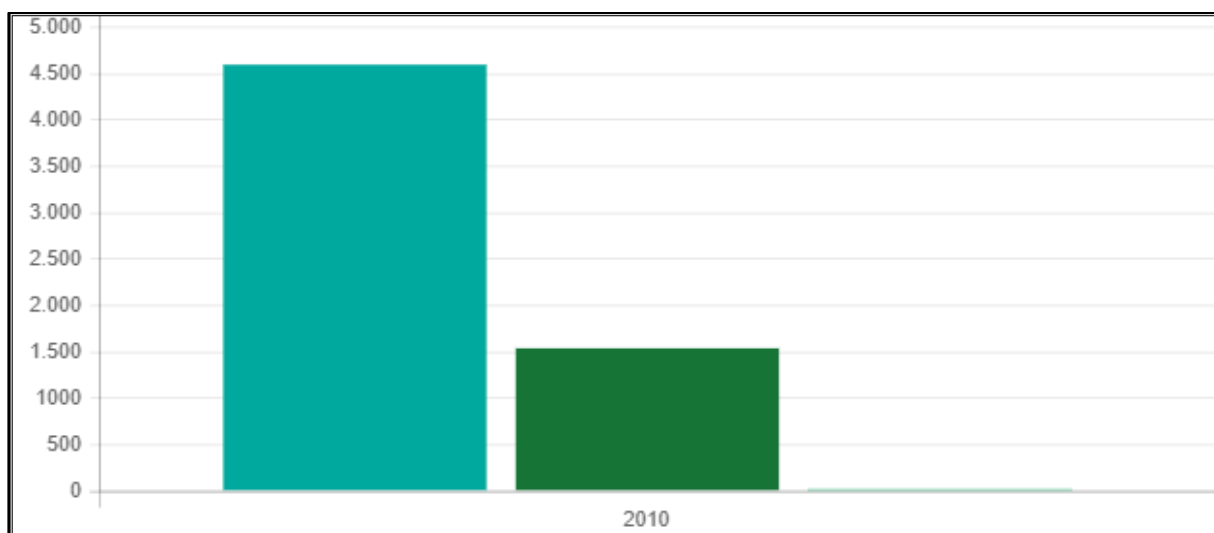


Gráfico gerado a partir da plataforma Cidades do IBGE (Censo, 2010)

Todavia, podemos observar que há um apagamento das religiões de matriz africana nesses dados informados pelo IBGE em 2010. Neste gráfico, não há qualquer menção dessas religiões, ainda que para demonstrar que não há declarantes, conforme ocorre nos demonstrativos acerca das identidades etnicorraciais. Quanto a esse apagamento, Botega e Lima (p. 109, 2016) informam que as mulheres e as crianças da comunidade de Toca de Santa Cruz são frequentadoras de terreiros de Umbanda na região da Grande Florianópolis e, atualmente, exercem um papel de reconhecimento e resistências dessas religiões na região paulolopense:

Um dos convites mais surpreendentes que recebemos, durante o período que estivemos no terreno, foi, sem dúvida, o para irmos ao terreiro de Umbanda na grande Florianópolis, pois desconhecíamos que algumas mulheres quilombolas da Toca de Santa Cruz deslocavam-se até a região, juntamente das crianças, para frequentá-lo. Nesse espaço, percebemos processos de socialização e de reconhecimento da matriz religiosa africana. [...] Natalina¹¹ sugeriu a importância de uma “regulamentação” da religiosidade para se proteger do policiamento. Talvez

¹¹ Natalina, segundo a Botega e Lima (2016), foi a responsável pelo convite às antropólogas autoras do artigo **Processos de Socialização no Quilombo Toca de Santa Cruz do Município de Paulo Lopes (SC): “eu não sou da igreja, eu sou do terreiro”** para irem ao terreiro de Umbanda informado acima.

isso possa ter relação com os processos discriminatórios vividos pelos umbandistas, ...a qual apresenta a trajetória histórica das religiões afro-brasileiras de Desterro à Grande Florianópolis, destacando a marcante presença da Umbanda nessa geografia.

Diante desse fato narrado Botega e Lima, contido no diário de campo do dia 12 de janeiro de 2016, e pelas informações prestadas pelo Censo Demográfico de 2010, pelo IBGE, podemos observar que os dados informados como **população com religião espírita** podem, por uma perspectiva, ser interpretados como **população com religiões de matrizes africanas**. Além disso, tendo em vista o processo de policiamento/resistência e de reconhecimento dos terreiros, podemos interpretar também que algumas denominações dadas aos censitários do IBGE como “católicos” ou “evangélicos” também são formas de resistência para não se expor a realidade religiosa marginalizada e estigmatizada pela maioria dominante cristã.

Diante desse panorama acerca da constituição do povo paulolopense, é necessário, por fim, descrever quais aspectos legais já se encontram prescritos para a formação da classe trabalhadora no município.

2.2 Aspectos legais da educação para trabalhadores em Paulo Lopes

Sem entrarmos em discussão acerca de uma formação escolar para o trabalhador, devemos descrever aqui quais legislações já existem no poder público no município de Paulo Lopes (SC). Devemos ter a noção de que, nessa exposição dos aspectos legais que prescrevem uma formação escolar para jovens e adultos, não estamos discutindo se isso se daria por via educação popular ou por meio de EJA, seja para o trabalho ou para o trabalhador. Neste momento, pretende-se somente descrever o que se já tem dito dessa necessidade educativa.

Diante disso, vemos que, legalmente, o Plano Municipal de Educação de Paulo Lopes (PME-PL), conhecido como Lei n.º 1.648, de 25 de agosto de 2015, afirma em seu artigo segundo, sobre suas diretrizes, no inciso primeiro e segundo, respectivamente, a erradicação

do analfabetismo e a universalização do atendimento escolar. Por meio desses dois dispositivos legais, a formação escolar para jovens e adultos, que não tiveram acesso a uma educação regular, já poderiam ter seu direito adquirido. Além disso, o Plano Municipal de Educação também prevê metas que deverão ser cumpridas entre o ano de 2015 e 2025, levando em consideração a execução e seu o monitoramento por meio de comissões a cada dois anos.

Pelo PME-PL, em sua meta nona, deve-se “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais de idade para 98% (noventa e oito por cento) até 2017 e, até o final da vigência deste Plano, reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no município” (PAULO LOPES, 2015). Ainda pelo PME-PL, pode-se notar que a meta décima também assegura a formação profissional integrada à educação de jovens e adultos. Diante disso, podemos observar que, à população, é assegurado o direito de formação escolar, mesmo após a idade escolar obrigatória.

Outro dispositivo legal que rege a formação escolar para aqueles que não tiveram acesso na idade própria é a Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, de 1990. No capítulo referente às políticas municipais, na seção referente à política educacional, cultural e desportiva (correspondente aos artigos entre os números 164 e 177), vemos que também existe a afirmação de promoção da política educacional para jovens, adultos e idosos. No artigo 165, inciso primeiro, a Lei Orgânica afirma que o município manterá o “ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiverem acesso na idade própria” (PAULO LOPES, 1990), assegurando seu acesso às condições sociais e econômicas dos educandos.

Assim, podemos evidenciar que a promoção e a garantia legal para a formação escolar de todos é regida e mantida legalmente no município de Paulo Lopes (SC). Todavia, deve-se atentar para a diferença entre o prescrito e o praticado, ainda que se trate de leis municipais de

caráter obrigatório o seu cumprimento. Para isso, discutiremos mais adiante se isso se dá realmente e, de forma simultânea, em decorrência das análises aqui já prestadas, trazer a tona reflexões diversas para a promoção de uma educação para o trabalhador, a partir da relação entre as taxas locais de analfabetismo e classe trabalhadora paulolopense.

4. À GUISA DE CONCLUSÃO: pensar estrategicamente para a formação de consciência político-social

Neste capítulo, pretende-se, partindo das discussões teóricas no capítulo primeiro e da descrição contextual socioeducacional do município de Paulo Lopes (SC), relacionar como se dá a relação da classe trabalhadora e sua relação com as taxas de analfabetismo. Considerando o problema exposto no capítulo introdutório, nesta análise de conjuntura, propõe-se uma observação das implicaturas sociopolíticas e econômicas para o espaço geográfico circunscrito a esta pesquisa.

Em primeiro lugar, há nessa discussão a percepção de múltiplos caminhos que se podem seguir a fim de pensar uma educação em relação à classe trabalhadora paulolopense. Dependendo da categoria teórica, discutida no primeiro capítulo desta pesquisa, que se escolha para nortear as objeções e reflexões neste momento, teremos uma percepção distinta e um encaminhamento que pode centralizar no que se pretende, ou tangenciar a proposta (não provocando grandes mudanças), ou ainda nem sequer seguir um ritmo enviesado pelas realidades que aqui se quis pôr à mostra. Para que não caiamos no segundo ou no terceiro caminho anteriormente descritos, propomo-nos a então pensar as categorias teóricas acerca do processo educativo da classe trabalhadora tendo em vista a análise de conjuntura que se tentou enveredar no segundo capítulo, por meio de dados do IBGE.

Assim, em segundo lugar, partindo desse princípio norteador da análise aqui que se pretende expor, devemos observar alguns pontos, a fim de nortear nossa reflexão analítica.

De início a atenção deve se dar ao questionamento de quem são os sujeitos paulolopense em todas as suas características sociais, culturais, históricas, econômicas etc. Tendo em vista os relatos de violência, no caso do apagamento das religiões de matrizes africanas, devemos pensar como propor uma formação educação que promova a justiça

perante esses oprimidos sem que se promova indiretamente um outro processo de violência, mesmo que a proposta de formação escolar seja pautada em procedimentos e análises com boas intenções.

Além disso, temos que observar a constituição subjetiva desses sujeitos no que tange às suas necessidades: todos quem uma formação escolar? No âmbito municipal, frente ao panorama evidenciado nos capítulos anteriores, a formação escolar para a classe trabalhadora, advinda dela ou não, é possível? Por meio dos aspectos legais anteriormente expostos, a escolarização se dá como um direito a ser adquirido, mesmo que isso já se tenha observado em 1990 (ou seja, 28 anos atrás). Todavia, ela não ainda ocorre no município e, desde 2017, quando foi promovido uma turma de formação escolar pra EJA em Paulo Lopes, não houve demanda, apesar da oferta.

E, diante disso, dessa oferta pelo poder público municipal, num direcionamento que se dá de cima para baixo, sem consulta prévia aos sujeitos que serão os educandos/aprendizes desse processo formativo, é tida como uma educação do trabalhador para o trabalhador?

Esses e outros questionamentos devem ser tomados como bússola para a reflexão da promoção de uma formação escolar para os trabalhadores no âmbito municipal paulolopense, porém, também não devemos deixar de questionar a necessidade de formação escolar é uma necessidade do Estado em promover tal política ou se é advinda do sujeito. Além disso, qual a concepção de saber dentro dessa categoria de formação escolar para os trabalhos?

Vemos, diante de toda a configuração histórica nacional que o quase abandono do Estado em relação à escolarização de jovens e adultos por toda a História brasileira mostra o privilégio do poder estatal mais ao trabalho, acúmulo de riquezas e desenvolvimento econômico pelos âmbitos federais, estaduais e municipais que uma preocupação real com seu povo. A EJA, como constituída também de um ideal de ‘educar’ presente na educação popular, deve entrar nas políticas públicas pelo mesmo viés da educação, em todos os seus

níveis e modalidades, como *arma para a vida*? Formar para o mercado de trabalho não é papel da EJA, é papel do mercado. Mas e a formação profissional e técnica que o trabalhador pode se beneficiar dentro da escola ou de outros espaços formativos? A Educação de Jovens e Adultos, como uma política pública pautada na concepção de educação popular, deve pautar-se na formação escolar, na apropriação de saberes, de construção de conhecimentos que constituirão um sujeito como ele assim o será. Talvez, não se sabe, a construção de um ideário de EJA deva pautar-se nisto: educar a partir da constituição de seus sujeitos, apenas sujeitos do/no mundo. Talvez, não se sabe, a construção de um ideário de EJA deva, como um simples começo, emergir discursivamente como um discurso fora do ambiente de trabalho, mas como um discurso de direito humano ao poder-saber que todo ser humano tem enquanto sujeito. A construção de currículos regionalizados, circunscritos a realidade local, emergindo da própria constituição dos sujeitos que em qualquer modalidade se inserem, sem necessidade de solidez, mas com amplo questionamento e modificação permanente, possa ser um primeiro passo a um novo caminho, a uma nova ideia de educação.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. A formação do trabalhadores na escola: onde está o centro de disputa. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 14, n.º 25. Rio de Janeiro: 2016. p. 53-69.

ARANHA, Antonia Vitoria Soares. Relação entre conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Revista Trabalho e Educação**. n. 01, vol. 12. Belo Horizonte: jan./jun. 2003. p.103-114.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2018.

BOTEGA, Gisely Pereira; LIMA, Patrícia de Moraes. Processos de Socialização no Quilombo Toca de Santa Cruz do Município de Paulo Lopes (SC): “eu não sou da igreja, eu sou do terreiro”. **Revista Grifos**. n.º 41, 2016. p. 96-118.

_____. **Mulheres de um quilombo e seus processos de socialização com as crianças**. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2017.

CORREA, Guilherme Carlos. EJA, educação e escolarização. **X Anped-Sul: trabalhos completos**. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos_completos.php>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DELEUZE, Gilles. Carta a Réda Bensmaïa, sobre Espinosa. In:_____. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34. 1992a. p. 203-205.

FLEURI, Reinaldo Matias. Educação Popular na escola pública. **Revista Educação e Filosofia**. Ano 4, n.º 8. Uberlândia: jan./jun. 1990. p. 159-162.

_____. Educação Popular e concepção de ser humano. **Revista Educação e Filosofia**. Ano 7, n.º 13. Uberlândia: jan./jun. 1993. p. 129-134.

_____. **Educar para quê? Contra o autoritarismo da relação pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia do Autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir. **Educação e Poder: introdução à pedagogia do conflito**. São Paulo: 1998.

_____. **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. São Paulo: 2005.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-131, maio/ago. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: trabalho e rendimentos – resultado da amostra**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2010.

_____. **Características etnicorraciais da população: classificações e identidades**. Rio de Janeiro: 2013.

_____. **Paulo Lopes: panorama, trabalho e rendimentos**. <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoeredmento/pme/pmemet2.shtm>>. Acesso em: 20 abril 2018.

_____. **Paulo Lopes: história**. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/paulo-lobes/historico>>. Acesso em: 20 abril 2018.

MENDES, Maura Mendes. Educação e Escolarização. **A Página da Educação**. n. 173, ano 16. Leiria, Portugal: dez. 2007.

OTERO, Elisabete de Sousa et alli. **Alfabetização de adultos**. Porto Alegre: EdUFRGS, 1993.

PAULO LOPES. **Plano Municipal de Educação: Lei n.º 1.648/2015**. Diário Oficial dos Municípios, n.º 1814. Disponível em: <www.diariomunicipal.sc.gov.br>. Acesso em : 20 abril 2018.

PAULO LOPES. **Lei Orgânica Municipal**. 1990. Disponível em: < <http://www.camarapaulolopes.sc.gov.br/camara/conteudo/destaques/Lei-organica/1/2017/4>>. Acesso em: 20 abril 2018.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1997.

SOUZA, Herbert Jose de. Como se faz análise de conjuntura. 34. ed. Petropolis: Voses, 1984.

VAN DER POEL, Maria Salete. **Prática de leiturização com trabalhadores e trabalhadoras**. São Leopoldo: Oikos, 2012.

VAN DER POEL, Maria Salete. **Trajatória de uma Militância Educacional: do sistema freireano ao letramento sócio-histórico**. São Leopoldo: Oikos, 2012.